



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATA

**Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1
em conjunto com a**

8ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Exercício 2018

Data: 23/03/2018

Local: Espaço Orlando Gomes

Transmissão por videoconferência entre TRF 1ª Região, SJAM e SJRR

Por ocorrências de problemas técnicos, a SJBA não participou da reunião

Presentes os participantes integrantes do CGER-TRF1:

- Desembargador Federal Hilton Queiroz – Presidente
- Desembargador Federal João Batista Moreira - Corregedor Regional
- Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas - Coordenadora dos Juizados Especiais Federais
- Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto - Gestor de Metas do 1º grau
- Juíza Federal Ana Paula Serizawa Silva Podedworny – Diretora de Foro da Seção Judiciária do Amazonas
- Juíza Federal Luzia Farias da Silva Mendonça – Diretora do Foro da Seção Judiciária de Roraima
- Carlos Frederico Maia Bezerra – Diretor Geral

Demais participantes:.

- Márcio Lúcio Marques - Chefe de Assessoria do Gabinete do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves
- Wânia Marítya Araújo Vieira - Diretora da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação
- Maria Carolina de Souza Ribeiro – Diretora da Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia
- Rafaela Alvim Possas Bastos – Supervisora Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos
- José Roberto Pimenta Ferretti da Costa - Supervisor da Seção de Análise e Melhoria de Processos de Trabalho
- Fábria Cristina de Barros - Seção de Suporte Administrativo Secge
- Aldecinora Siqueira da Silva –Supervisora da Semad/AM

I – PAUTA

- Nova composição do CGER-TRF1
- Execução da Estratégia no ano de 2017
 - Principais resultados
 - Medidas de destaque
 - Selo Estratégia em Ação
- Execução da Estratégia em 2018

- Metas e iniciativas

II – INTRODUÇÃO

O Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Hilton Queiroz, abriu a reunião cumprimentando os presentes e passando a palavra ao Diretor Geral, que explicou ser essa a primeira reunião do planejamento estratégico do ano e a última da gestão do Desembargador Federal Hilton Queiroz. Aproveitou para ressaltar o trabalho relativo ao planejamento estratégico nos últimos dois anos, que é visível e destacado, devido ao grande empenho e envolvimento do Desembargador Federal Hilton Queiroz. Afirmou que o planejamento estratégico passou de assunto pouco conhecido para referência em relação aos demais regionais, uma vez que o Presidente, junto a sua equipe técnica, conseguiu alçar a 1ª Região para lugar de destaque.

Foi ressaltado que a 1ª Região cumpriu com louvor as metas ímpares. Em relação às metas pares, ainda houve dificuldades no seu cumprimento, muito devido às características do Tribunal. Uma das soluções encontradas pelo presente Comitê e aprovadas pela Administração, a fim de incrementar os índices relativos à meta 2, foi o auxílio de julgamento a distância. Com relação às demais metas, foi colocado que o volume de processos da 1ª Região é muito grande e o tempo demandado por esses casos é extenso, dessa forma essa Corte sai desfavorecida quando comparada aos demais regionais em termos percentuais, e tem em números absolutos quantidade muito maior de processos julgados. A Coordenadora dos JEFs realçou que por estar o Distrito Federal na jurisdição da 1ª Região, as ações coletivas e as ações mais importantes são aqui propostas, logo a quantidade de processos ajuizados nas varas da capital é muito superior em relação a muitas varas do país. O Diretor Geral informou que a Presidência buscou junto ao Comitê nacional a mudança da metodologia, de forma a avaliar, não mais em termos percentuais, mas em números absolutos, a quantidade ideal de processos que o magistrado consegue julgar, de forma razoável, para o cumprimento geral das metas. Foi passada a palavra à Diretora da Diple, para maior detalhamento e esclarecimento das metas.

III – COMPOSIÇÃO DO CGER-TRF1

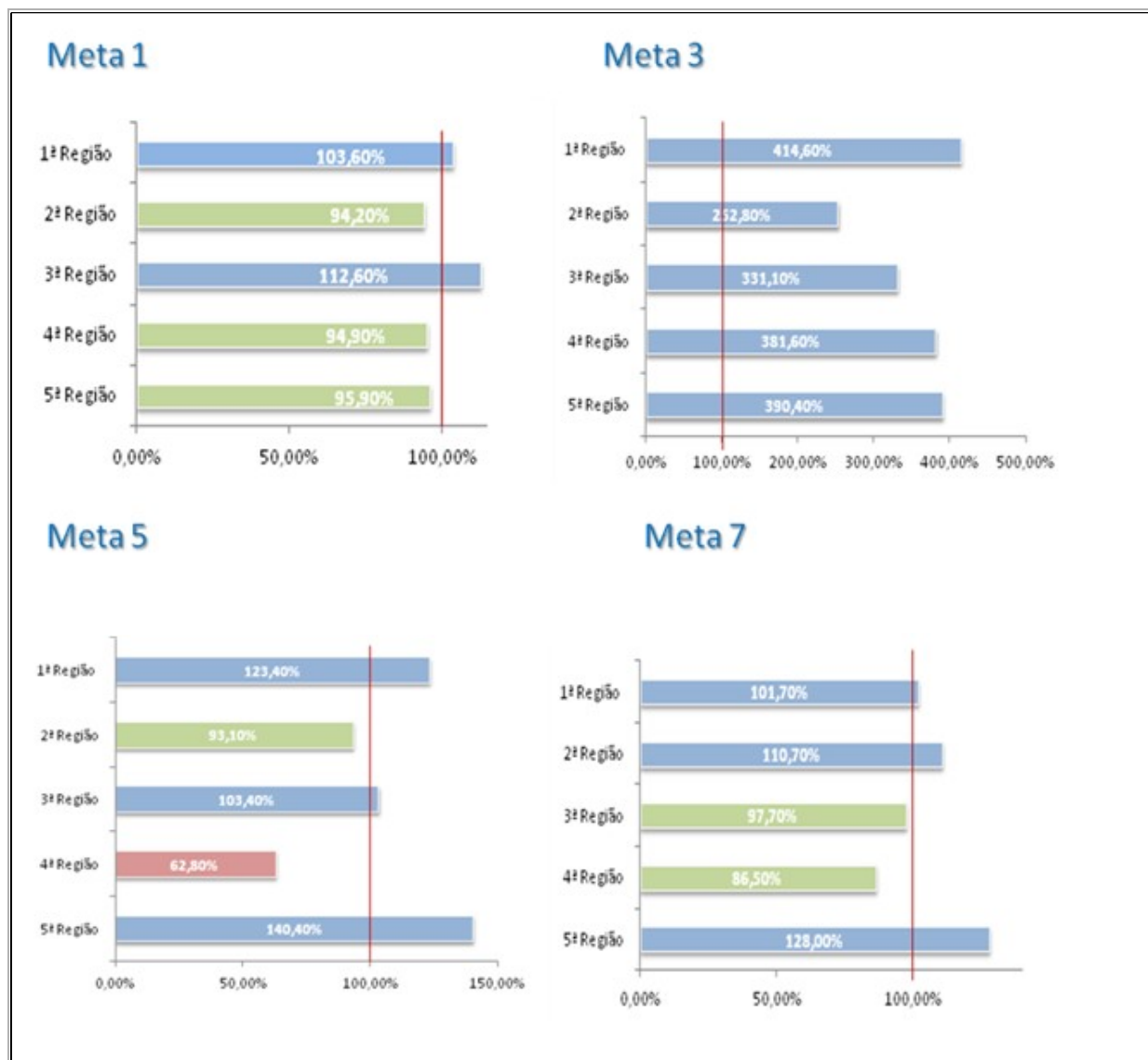
A Diretora da Diple iniciou dando as boas vindas aos novos membros desse Comitê, as Diretoras de Foro do Amazonas, de Roraima e da Bahia, esta última não presente na videoconferência, devido a problemas de conexão da Internet da Seccional. Citou a composição do CGER: Presidente, Corregedor Regional, Coordenador dos JEFs, Coordenador do SistCon, 3 Diretores de Foro, em forma de rodízio anual e Diretor-Geral.

IV – EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NO ANO DE 2017

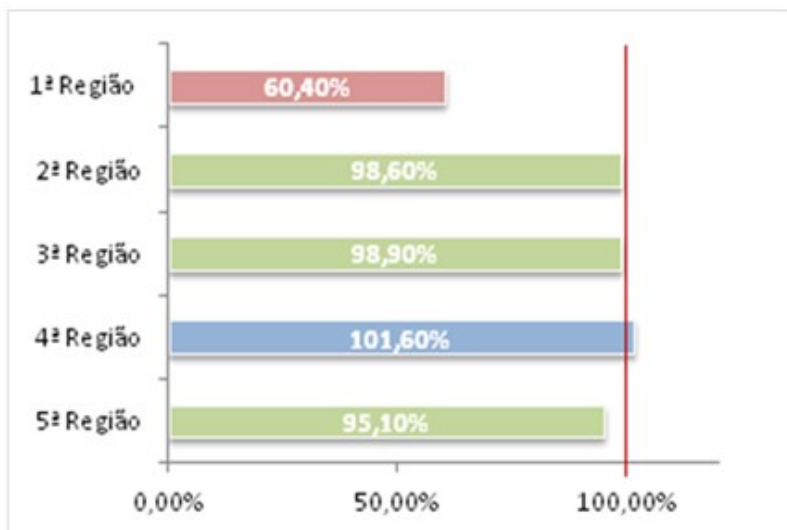
Em seguida, foram apresentados os resultados das metas, no exercício de 2017. Destacou-se o cumprimento de todas as metas ímpares, mas em relação às pares, que têm alvo específico, o TRF 1ª Região apresentou dificuldades, conforme as justificativas mencionadas pelo Diretor Geral.

Meta	Foco	1º grau	2º grau	1ª Região
1	Conhecimento	104,16	100,15	103,60
	100% até 2012 no 1º e 2º graus (5 anos)	68,58	36,85	47,62
2	85% até 2013 no 1º e 2º graus (4 anos)	77,46	43,21	60,31
	100% até 2014 nos JEFs e TRs (3 anos)	92,11	n/a	92,11
3	Conciliação	454,01	129,51	414,65
4	Improbidade administrativa	61,69	82,35	64,38
5	Execução não fiscal	123,38	337,5	123,39
6	Ações Coletivas	71,56	35,90	55,43
7	Criminais Baixados	109,55	97,28	106,26
8	Improbidade, tráf. pessoas, explor. sexual e trab. escravo	78,87	35,17	64,60

A Diretora da Diple passou ao detalhamento por meta, comparando inicialmente as cumpridas pela 1ª Região com os demais Regionais da Justiça Federal. Observou-se que na meta 1 apenas a 1ª e a 3ª Região lograram êxito. Nas metas 5 e 7 apenas três Regionais as cumpriram e na meta 3 toda a Justiça Federal superou a meta estabelecida.



Com relação à meta 2, a Diretora da Diple explicou que, quando vemos o gráfico, aparentemente a 1ª Região está bem atrás das demais Regiões, mas, como o Diretor-Geral disse, o acervo é bem superior e o quadro de desembargadores está sem crescimento há muito tempo, e quando comparada com as outras regiões, justifica-se essa posição. No ano passado, por recomendação desse Comitê, criou-se o regime de auxílio à distância, Resolução Presi 36/2017, que saiu em agosto de 2017, e já é possível perceber um progresso no cumprimento da meta 2: em setembro existiam em torno de 89.000 processos e em fevereiro esse número passou a 83.029.



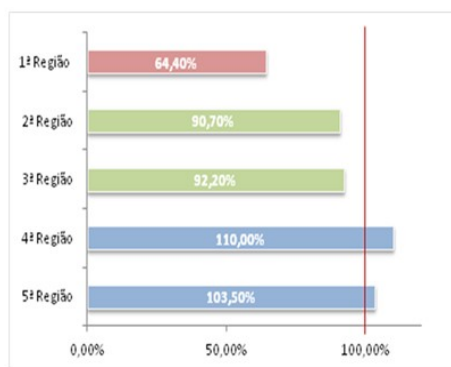
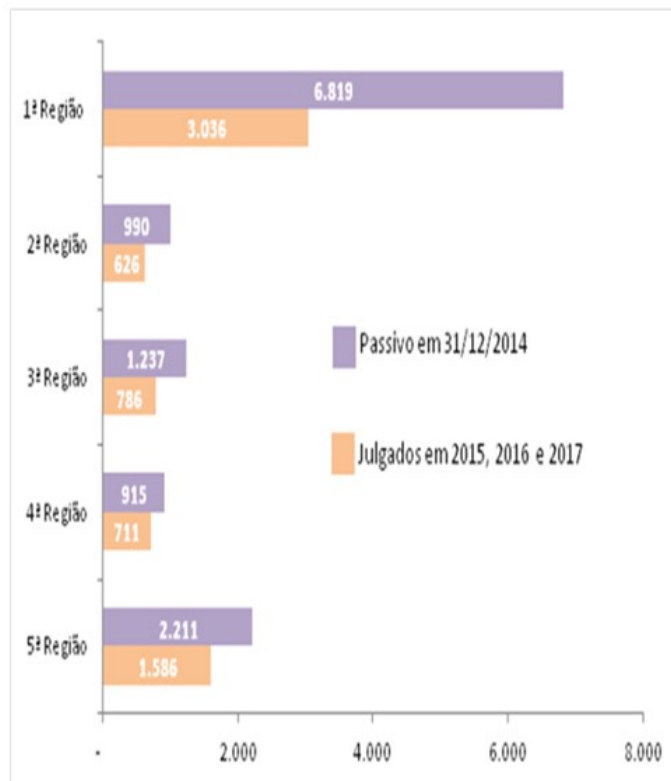
Meta 2		Em 2017
100% dos distribuídos até 31/12/12	1º grau	68,58%
	2º grau	36,85%
85% dos distribuídos até 31/12/13	1º grau	77,46%
	2º grau	43,21%
100% dos distribuídos até 31/12/14	JEFs e TRs	92,11%

Regime de auxílio a distância (Resolução Presi 36/20

Meta 2 até 2012	Qtde. processos pendentes em Agosto/17	Qtde. processos pendentes em Novembro/17	Qtde. processos pendentes em Fevereiro/18
No 2º grau	89.836	84.146	83.029

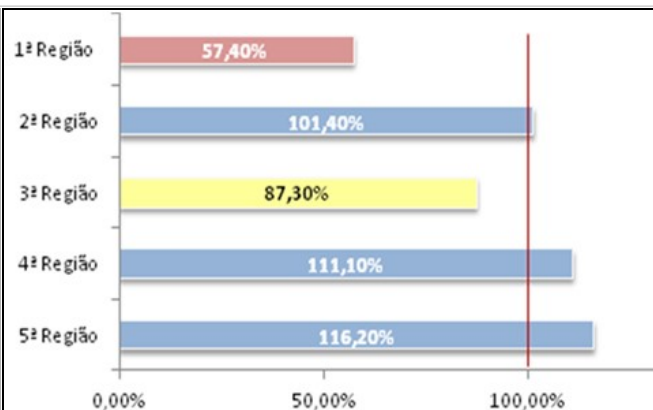
Em relação à meta 4, continuou a Diretora da Diple, observa-se pelo gráfico maior a quantidade de ações que a Primeira Região julgou em relação às demais regiões, que é de 3036 unidades. A 5ª Região, que é a que julgou mais, possui 1586 processos julgados, inferior ainda a esta Corte. Quando se observa o gráfico seguinte, relativo aos percentuais atingidos por cada regional, tem-se a impressão de que este Tribunal está atrás dos demais, já que o índice é o menor, de 64,4%, fato que não se verifica em números absolutos. Por tais razões, foi sugerido no último Encontro Nacional do Poder Judiciário, pelo Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Hilton Queiroz, que as metas pares sejam calculadas em números absolutos e não mais em termos percentuais. Essa sugestão foi acatada por todas as Regiões, registrada em ata, e será discutida em 2018 para se efetivar a alteração em 2019.

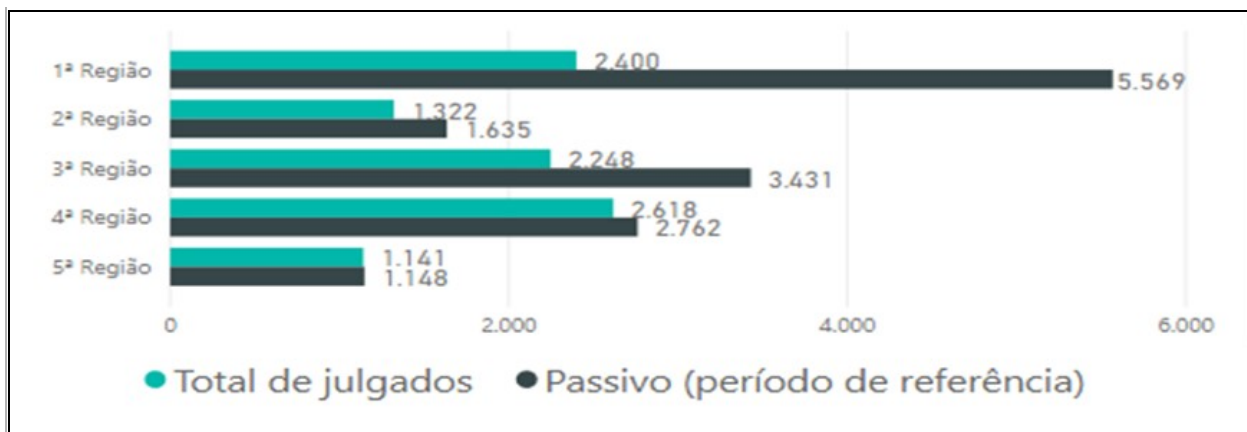
Meta 4	Em 2017
1º grau	61,69%
2º grau	75,44%



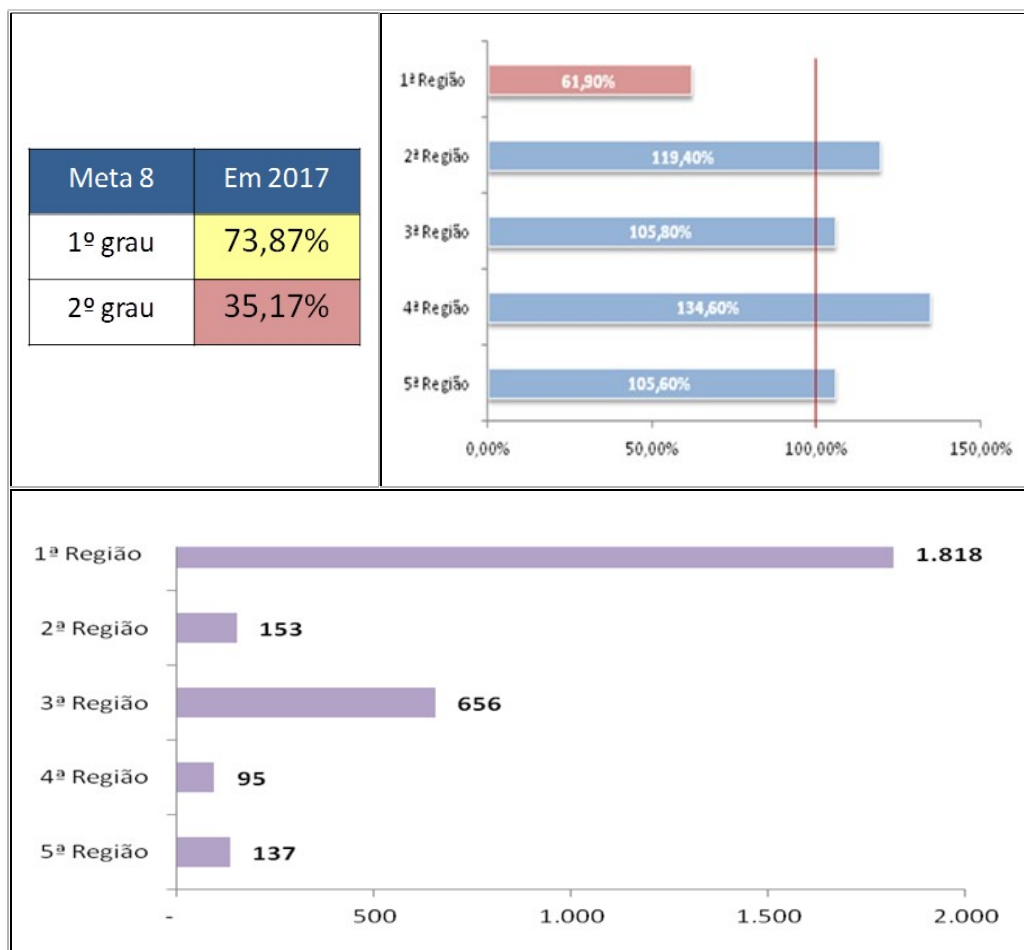
A meta 6 apresenta o mesmo tipo de análise, a Diretora da Diple continuou explicando. Enquanto o 1º grau está com um índice de 71,56% de cumprimento em 2017, o 2º grau chegou a 35,90%. E observando-se os percentuais, a 1ª Região aparentemente parece que está atrás das demais Regiões, fato que não se comprova pelos números absolutos, já que o total de julgados é de 5569, bem superior aos demais.

Meta 6	Em 2017
1º grau	71,56%
2º grau	35,90%





A meta 8 mantém a mesma forma de raciocínio. Observou-se o 1º grau com 73,87% de cumprimento, o 2º grau com 35,17%, o total da Região em torno de 61,90%, mas em números absolutos alcança 1818 processos.



Durante o ano de 2017, por sugestão deste Comitê e por proatividade dos Diretores de Foro das Seccionais, foram adotadas várias medidas a fim de promover a estratégia em 2017, entre as quais se destacam:

- Por recomendação deste Comitê, foram adotadas medidas de promoção do Plano de Comunicação da Estratégia, tendo sido criada a cartilha **Você é Parte**.
- Foram realizadas visitas *in loco* em unidades judiciais, no Tribunal e nas Seções Judiciárias, nas quais foram apresentadas as metas de 2017 e foi oferecido apoio na proposição de iniciativas (projetos e ações) e nas consultas ao sistema e-Siest. No Tribunal, 22 gabinetes, incluindo os da Presidência e Corregedoria,

foram visitados, além da Asret. Como resultado dessa ação, a Diretora da Diple realizou o número de varas premiadas no Selo Estratégia em Ação que cresceu bastante em relação ao ano anterior.

- Em 2018, será realizada uma enquete eletrônica sobre o nível de conhecimento a respeito da estratégia, na qual se poderá avaliar melhor o impacto dessas visitas.
- A SJAP realizou um trabalho intensivo para resolução de conflitos entre a União e ocupantes de área da Infraero no Oiapoque, entre outras ações em demandas complexas de saúde, saques de FGTS, parcelas retroativas de progressão funcional a servidores públicos e obteve, em 2017, expressivo resultado de 1.166% de cumprimento da Meta 3.
- A SJMG instituiu o Grupo de Apoio da Estratégia e Metas do Poder Judiciário da SJMG (Portaria Diref 10/2017), composto de servidores lotados na área fim para auxiliar no trabalho, junto às varas federais, de desdobramento do Planejamento e cumprimento de metas, de forma interlocutória com o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico de Minas Gerais. Com isso, a Seção Judiciária de Minas Gerais, que obteve a premiação Selo Diamante em 2016 e Selo Ouro em 2017, demonstrou que pequenas ações que focam a estratégia trazem resultados expressivos.
- A SJBA realizou "Diálogos de Gestão" para diretores de núcleos, supervisores da área administrativa e diretores de varas, com os seguintes assuntos: Planejamento Estratégico da Justiça Federal, gestão de projetos, gestão de processos de trabalho, gestão de riscos, sustentabilidade e o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal.
- A SJAM promoveu o "I Encontro dos Diretores", ocasião em que foram ministradas as palestras: "A Gestão de Projetos e de Processos como fator de Sucesso e Diferencial Competitivo" e "O Planejamento Estratégico e o Cumprimento das Metas Nacionais e Específicas da Justiça Federal", como forma de promover a gestão estratégica.
- Realizada a 2ª edição do Selo Estratégia em Ação, que premia as seções judiciárias e as unidades judiciais (varas, JEFs e turmas recursais) com melhor desempenho no cumprimento de metas. Em comparação aos resultados apresentados em 2016, foi registrado um crescimento de 249%, tendo sido premiadas 202 unidades judiciais (no ano anterior 81 unidades judiciais foram premiadas) e cinco seções judiciárias em 2017. A Diretora da Diple reforça que o Selo Estratégia em Ação, na categoria unidades judiciais, não tem caráter competitivo, que o objetivo é premiar todas as unidades judiciais com o selo diamante, o que demonstraria que conseguimos executar 100% da estratégia, cumprir as metas e dar a resposta que o jurisdicionado espera. Quanto mais unidades premiarmos, melhor é o crescimento que se verifica na execução da estratégia.

O Diretor-Geral interrompeu, destacando que foi uma ação discutida no Comitê e que teve resultados excelentes, assim como repercussão positiva. Ele reforçou que foi possível observar a motivação de servidores e magistrados da Seccional de Minas Gerais em receber o selo diamante na premiação, quando estiveram participando da entrega dos prêmios. E ressaltou que foi um passo pequeno dado pelo Tribunal, mas com grandes resultados.

O Gestor Estratégico de Metas do 1º grau parabenizou a iniciativa de criação da premiação do Selo, reforçou que no primeiro ano a adesão foi baixa ou houve falta de interesse devido ao desconhecimento de regras de fixação do selo, mas disse que o selo vem gerando uma cultura de eficiência, uma competição saudável, no sentido de atingir as metas, com resultados estimulantes e que vêm frutificando a cada ano.

A Coordenadora do JEF reforçou que cada vez mais vem se instalando na 1ª Região a cultura da eficiência, sem a questão da competitividade, em que um gabinete ou vara não disputam com outros, já que todos podem ter um selo diamante, o que leva à unidade entre as pessoas, troca de informações e boas práticas.

A Diretora da Secge informou que em 2017 foi aprovada por este Comitê a extensão do selo para o 2º grau, que ainda será submetida ao Colegiado, mas que é uma questão importante, pois além de desenvolver a cultura da excelência de resultado, ainda permite que as unidades judiciais, a partir do uso da ferramenta do e-Siest, efetuem uma boa gestão de seus acervos de processos. A Coordenadora do JEF parabenizou a Divisão de Estatística, pelo trabalho efetuado pela equipe, que permite toda essa gestão atual dos processos e que é relevante para toda a Região, destacando que a Diest merece receber o *Selo Diamante*.

O Diretor Geral relatou que recentemente o Tribunal recebeu críticas nesse sentido, de não dispor de sistema de estatística adequado, de não oferecer ao magistrado um instrumento que ele possa gerir

seus processos, quando na verdade já dispõe do e-Siest, sistema que avançou na gestão do Desembargador Hilton Queiroz, sendo modernizado, a partir da aquisição da sua atualização. Em breve, segundo ele, estarão disponíveis painéis mais amistosos para trabalhar, mas já é possível verificar planilhas mais modernas e didáticas.

A Diretora da Secge informou que o Diretor da Diest quer colocar no ar os novos painéis a partir do dia 26.03, a partir da aprovação do Presidente. Ela informa que o sistema estava desatualizado e dava para tarefas mais básicas, mas que, segundo o Diretor-Geral, ainda assim era muito eficiente e permitia detalhamento de análises. A Coordenadora do JEF explicou que o Tribunal está obedecendo o princípio da transparência, informou que os advogados questionam por que foi julgado certo processo, que é mais recente, em relação a outro, relativos à lista de prioridade, que mostra que é colocado para a população o que está acontecendo no Tribunal. Por determinação do novo CPC, a lista de prioridade deve ser divulgada e, segundo a Diretora da Secge, pouquíssimos Tribunais estão divulgando, e somos talvez o primeiro Tribunal a fazer isso.

O Presidente do Tribunal, mediante todas essas considerações, questionou se alguma das seccionais participantes tem algum ponto a acrescentar. A Diretora do Foro da SJAM diz que em 2016 apenas dois Relatores de Turma Recursal conseguiram selo, e em 2017 as Subseções de Tefé e Tabatinga, JEF, os três Relatores das Turmas Recursais, assim como duas varas criminais foram premiados, ressaltando a satisfação, que estão no caminho e que há intenção de melhorar ainda mais. A Diretora do Foro da SJRR louvou a iniciativa, concordou que o planejamento estratégico é essencial para se estabelecer as prioridades, explicou que na própria vara viu resultado disso, que envolveu os servidores desde o início, promoveu reunião gerencial mensal para que todos conhecessem as metas e se mobilizassem e, mediante tais iniciativas, foi a única vara da Seção que conseguiu selo, apesar de apenas ter sido criada há três anos. Ela demonstrou satisfação e reforçou que é possível melhorar resultados, a partir do planejamento estratégico, parabenizando o Presidente pela empenho em promovê-lo.

Dando continuidade, a Diretora da Diple apresenta o resultado oficial do Selo Estratégia em Ação, ano 2017, por Seção Judiciária:

- Selo Diamante: SJAC
- Selo Ouro: SJMG e SJGO empatadas
- Selo Prata: SJAP
- Selo Bronze: SJTO

Ela explicou que essa distinção é feita por meio da pontuação que cada seção judiciária recebe, não havendo problema de se confrontar a SJAC com a SJMG, por exemplo, porque é comparado o número de metas e não o número de varas ou unidades jurisdicionais. Ela exemplifica com a meta 1, que verifica quanto de cumprimento que a seção judiciária obteve, se acima de 100%, recebe 10 pontos, se foi entre 85 e 99,99% recebe 8 pontos, se for entre 70 e 84,99% recebe 5 pontos, e se abaixo de 69,99% não é pontuada. Assim, para o cumprimento de cada meta há uma pontuação e como o número de metas é o mesmo para todas as seccionais tal comparação pode ser feita e obter o resultado apresentado.

Na categoria unidade judicial, a Diretora da Diple expôs que a apuração é feita vara a vara, turma recursal a turma recursal, juizado a juizado, e que não há limite de premiação de selo, apresentando os seguintes números de premiados para o ano de 2017:

- Selo Diamante: 73 unidades
- Selo Ouro: 40 unidades
- Selo Prata: 32 unidades
- Selo Bronze: 57 unidades

De um total de 369 unidades jurisdicionais, mais da metade foi premiada, chegando a 202. Das premiadas, 147 estão em capital e 52 no interior, e do total, 65 são Turmas Recursais (3 no interior).

V- EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA EM 2018

A Diretora da Diple deu seguimento à segunda parte da reunião, relativa ao monitoramento e análise da estratégia propriamente dita, em relação ao ano 2018. Ela reforçou que pelo monitoramento e pela

análise, o que tem sido feito pelas reuniões do Comitê, foi possível melhorar bastante os resultados, o desempenho, destacando-se em vista das outras Regiões e obteve um crescimento de 249% no cumprimento de metas de 2016 para 2017. Esse acompanhamento permite que se saiba se a estratégia está sendo ou não bem executada e que se tome as medidas necessárias para que tudo aconteça como planejado ou esperado. Explicou que o monitoramento ocorre a partir do acompanhamento e promoção do desenvolvimento de iniciativas (projetos e ações) e do cumprimento das metas.

Avaliação da execução da estratégia com base nas iniciativas

Seguindo a metodologia do Conselho de Justiça Federal (CJF), a avaliação da execução da estratégia considera o percentual de execução dos projetos até o momento e peso dos projetos sobre os objetivos estratégicos. Atualmente, para o ciclo 2015-2020, o Plano Estratégico possui 15 objetivos estratégicos, desafios que a própria Justiça Federal se propôs no sexênio, que os objetivos sejam alcançados por meio de ações e projetos. Como está na metade do ciclo, esperava-se que se estivesse na metade da execução da estratégia na 1ª Região, mas quando foi calculado por objetivo estratégico, percebeu-se que o índice de execução ainda está em 29%. O 2º grau está com 58%, a SJMT está com 49% e assim por diante, até a SJAC que apresentou 8% de execução, de acordo com o quadro abaixo. O balanço geral resultou nos 29% alcançado. Contudo, as Seções Judiciárias menores apresentam menores percentuais, pois para elas é difícil iniciar projetos e ações para cada um dos 15 objetivos estratégico. A SJAC possui 3 projetos, que estão caminhando bem, mas que não atendem a todos os 15 objetivos estratégicos. Destacou uma proposta de estudos de uma nova metodologia para cálculo da execução da estratégia com base nas iniciativas a partir de 2018, fazendo a comparação não por estado, mas de forma a compartilhar os objetivos estratégicos entre as seccionais, para que o projeto de uma seccional possa ser válido para apuração do objetivo estratégico e execução da estratégia em outras. O CJF será consultado.

A Diretora da Secge reforça o que foi dito, dizendo que será sugerido ao CJF que seja feita a implementação de iniciativas de forma compartilhada. Se uma seccional desenvolver uma iniciativa, ela fará isso para todo o Tribunal. As seções judiciárias maiores assumem iniciativas com maior robustez e compartilha com as demais, cada qual assumindo iniciativas de acordo com a sua capacidade, de forma a fazer uma avaliação global final.

Unidade Gestora	% de execução das iniciativas
TRF1	58%
SJMT	49%
SJBA	43%
SJTO	43%
SJMG	33%
SJPA	28%
SJPI	26%
SJRO	25%
SJRR	25%
SJDF	22%
SJGO	22%
SJAM	21%
SJAP	17%
SJMA	16%
SJAC	8%
TOTAL	29%

A Diretora da Diple mostrou a planilha do Tribunal, a seguir, para que o cálculo da execução da estratégia possa ser compreendido por todos. Detalhou que cada seccional e o Tribunal tem uma dessas planilhas, contemplando os 15 objetivos estratégicos com as iniciativas vinculadas a cada um. O cálculo do percentual por cada objetivo é feito atribuindo-se o percentual de progresso e importância para cada uma das iniciativas a ele vinculada. As planilhas de execução de cada seccional estão disponíveis na página da Gestão Estratégica no Portal da Internet do Tribunal.

Painel de contribuição Posição em Março de 2018				
	Objetivo Estratégico	Iniciativas em andamento	Inserido na Carteira?	Re: AWW
1	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Criação das Unidades Avançadas de Atendimento	sim	S
		Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias nas SJMG, SJBA e SBJFO	sim	S
		Gestão de Projeto de Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região	sim	S
		Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	sim	S
		Processamento Inteligente de Demandas Judiciais - ProcinJud	sim	S
		Evolução do e-Sisat	sim	S
		Accessibilidade para os edifícios do TRF 1ª Região	não	S
		Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS	não	S
2	Agilizar os trâmites judiciais	Sistema Integrado de Autuação e Automação por Completo da Pesquisa de Prevenção (SIAF)	sim	S
		Criação das Unidades Avançadas de Atendimento	sim	S
		Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias nas SJMG, SJBA e SBJFO	sim	S
		Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	sim	S
		Processamento Inteligente de Demandas Judiciais - ProcinJud	sim	S
		Gestão de Projeto de Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região	sim	S
		e-Procweb	sim	C
		Selo Estratégia em Ação	sim	S
		Evolução do e-Sisat	sim	S
		e-Cintivo 2ª Grau	não	S
		TRF1doc	não	S
		Banco de Sentenças da JF da 1ª Região	não	S

Ela questiona se o Comitê Gestor de Estratégia Regional tem alguma recomendação para a execução das iniciativas estratégicas. O Diretor-Geral acredita que não há recomendação, já que o Tribunal está cumprindo e as seccionais encontram dificuldades devido ao quadro e estrutura, e que a proposta colocada seja recebida pelo Comitê, questionando o CJF sobre a implementação de iniciativas de forma compartilhada a fim de que os 15 objetivos estratégicos sejam avaliados em conjunto. Segundo a Diretora da Secge, a responsável pela Secretaria de Auditoria Interna já havia sido consultada e não viu obstáculos em levar tal proposta junto ao CJF. **O Diretor-Geral sugere assim que seja enviado ao CJF ofício do Presidente do TRF1ª Região, com a respectiva consulta de mudança de metodologia. Questionados se os demais membros do Comitê apresentam objeção à proposta, ninguém se opõe.**

Avaliação da execução da estratégia com base nas metas

Foram apresentados os resultados parciais de 2018 pela Diretora da Diple. Ela explicou que a primeira impressão é de que os resultados não estejam muito bons, mas que ainda temos até o fim do ano para cumprir todas as metas. As metas processuais foram repetidas para 2018 com ajustes temporais, conforme quadro abaixo. A novidade está na meta de sustentabilidade, que começará a ser calculada este ano. Explicou que a nossa situação atual em relação ao Plano de Logística Sustentável é boa, já conseguimos cumprir praticamente todas as metas que ele envolve, com exceção da de consumo de água mineral, que está em torno de 70% - porque houve o consumo de maior número de garrafas de água. A Coordenadora dos JEFs sugeriu que fossem instalados filtros elétricos nos andares dos edifícios, que considera mais higiênico e menos oneroso, propondo que um estudo sobre o custo dessa instalação fosse efetuado.

O Gestor de Metas do 1º grau fez uma ressalva, relativa à necessidade constante de acompanhamento e monitoramento das metas. Uma reclamação recorrente nas análises das premiações do Selo Estratégia em Ação é que na meta 1 não havia a exclusão do quantitativo do acervo da unidade jurisdicional dos processos sobrestados e já para 2018 esses processos serão excluídos para fins de cálculo da meta, conforme se vê na tabela, o que pode já provocar um acréscimo no cumprimento da meta. A Diretora da Secge exemplificou que ocorre muitas vezes determinação para tirar certos processos do sobrestamento, isso ocorrendo no fim do

ano, e a vara que estava para ser diamante acaba perdendo sua posição.

O Gestor de Metas do 1º grau elogiou o sistema e-Siest, que permite não só diagnósticos, mas um prognóstico da situação das metas, apontando para o juiz ao longo do ano o que deve ser feito para atingir a meta. Contudo, acha que servidores e magistrados necessitam de um aprendizado para a leitura do sistema. A Diretora da Diple informou que o Diretor da Diest está disposto a ministrar treinamentos, principalmente tendo em vista a nova plataforma com a atualização do BI, de forma que os gestores saibam como utilizar as informações disponíveis. A sugestão é de que os treinamentos sejam gravados. A Diretora da Secge informa que foi feita uma "wiki", uma espécie de perguntas e respostas frequentes, em que todos os problemas que os usuários possuem são lançados e, caso questão semelhante seja levantada, basta consultá-la.

METAS NACIONAIS	
META 1 PRODUTIVIDADE	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que distribuídos no ano corrente. Observação: o glossário da Meta excluirá o quantitativo de processos suspensos/sobrestados no ano corrente.
META 2 CELERIDADE	Identificar e julgar, no ano corrente, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e pelo menos, 85% dos processos distribuídos em 2014, no 2º grau; e 100% dos distribuídos até 31/12/2015 nos juizados especiais federais e nas turmas recursais.
META 3 CONCILIAÇÃO	Fomentar o percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.
META 4 IMPROBIDADE	Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015.
META 5 EXECUÇÃO NÃO FISCAL	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que casos novos de execução não fiscal no ano corrente.
META 6 AÇÕES COLETIVAS	FAIXA 3: Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% dos processos coletivos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e 2º graus. (1ª Região) FAIXA 2: Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 80% dos processos coletivos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e 2º graus. (2ª Região) FAIXA 1: Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 85% dos processos coletivos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e 2º graus. (4ª Região)
METAS ESPECÍFICAS	
META 1 AÇÕES CRIMINAIS	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos criminais no ano corrente.
META 2 AÇÕES PENAIS	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração de mão de obra e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015.
META 3 SUSTENTABILIDADE	Cumprir 100% das metas do Plano de Logística Sustentável.

A Diretora da Diple observou que as metas processuais até o momento, no ano de 2018, mantêm uma repetição da situação em relação ao ano anterior, com bom desempenho das metas ímpares e as dificuldades das metas pares. Ressaltou que as metas ímpares devem ser acompanhadas constantemente, mesmo com o bom desempenho, já que novos processos são recebidos a todo tempo.

Meta	Foco	1º grau	2º grau	1ª Região
1	Conhecimento	81,92	81,32	81,84
2	100% até 2013 no 1º e 2º graus (5 anos)	56,31	26,84	34,96
	85% até 2014 no 1º e 2º graus (4 anos)	57,98	32,12	41,37
	100% até 2015 nos JEFs e TRs (3 anos)	72,52	n/a	72,52
3	Conciliação	447,34	123,30	410,51
4	Improbidade administrativa	44,49	53,48	45,78
5	Execução não fiscal	145,65	n/a	145,65
6	Ações Coletivas	125,06	34,33	115,25
7	Criminais Baixados	104,95	78,72	97,02
8	Improbidade, tráf. pessoas, explor. sexual e trab. escravo	53,84	30,01	49,46

Foi perguntado se Comitê Gestor de Estratégia Regional tem recomendações para o cumprimento das metas estratégicas em 2018.

O Diretor-Geral pontuou a necessidade de se divulgar maciçamente os resultados disponíveis e mostrar a necessidade de melhora nas metas pares e chamar a atenção para a necessidade do acompanhamento das metas ímpares, que variam de acordo com os novos processos recebidos. Sugeriu que **um ofício do Presidente seja direcionado aos gestores, parabenizando pelos resultados atuais e alertando para o monitoramento contínuo, que foi acatado pelo Presidente do TRF 1ª Região.**

A Coordenadora da Cojef solicitou o cálculo do percentual das varas JEF que **conquistaram Selo Estratégia em Ação.** Além disso, propôs que o Selo Estratégia em Ação seja estendido para o 2º grau, a fim de reconhecer o trabalho dos servidores envolvidos. O Presidente informou que a Portaria será submetida ao Conselho.

A Diretora da Secge informou que para 2018 foram excluídos da meta os processos que estão sobrestados, mas não os que retornam do sobrestamento, o que pode impactar no resultado final se voltarem no fim do ano. A sugestão do Supervisor da Seção de Análise e Melhoria de Processos de Trabalho é de que um prazo limite seja estabelecido, que não entre na meta os que saíram do sobrestamento até outubro, por exemplo. O Diretor-Geral sugere que essa ideia seja amadurecida, estudada para a próxima reunião.

A Diretora da Diple expôs os destaques e boas práticas dos relatórios de execução da estratégia efetuados localmente pelas seccionais:

SJAP	Projeto de unificação das secretarias de JEF a fim de agilizar os trâmites processuais.
SJBA	+ Criação de banco de multiplicadores com 31 servidores; + Utilização do fundo de tela nos micros para promoção de ações do planejamento estratégico; + Planilha De Olho na Meta utilizada para divulgar a evolução das unidades na execução das metas e cooperar com ações específicas.
SJMA	Melhor desempenho associado à flexibilização da equipe e deslocamento entre setores.
SJMT	Relatórios de varas e de relatorias de turma recursal consolidados pelo Cipe-SJMT e encaminhados aos diretores de Secretaria, com o objetivo de compartilhar as estratégias adotadas, dificuldades enfrentadas e sugestões para cumprir cada meta, em busca de novas ações para alcance de melhores resultados.

Após essa exposição, o **Diretor-Geral recomendou o envio a todas as seccionais e Tribunal das boas práticas levantadas.**

V – INFORMAÇÕES FINAIS

A Diretora da Diple expôs as notícias finais.

- Selo Estratégia em Ação no 2º grau - minuta de Resolução já está pronta e falta sua submissão ao Conselho de Administração.

- Extensão do projeto “Plano de Comunicação da Estratégia” – Circular Diges 5748597 - visitas às áreas meio no ano de 2018 para divulgar a Estratégia.

- Enquete : Planejamento estratégico : você conhece? - que ocorrerá este ano.

- Ofício Presi para Direfs – medidas para melhoria da execução da Estratégia das Seccionais.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Hilton Queiroz, abriu espaço para as considerações finais.

O Corregedor Regional, Desembargador Federal João Batista Moreira, pontuou que é interessante saber que há um trabalho de planejamento e controle da produtividade. E que ficou ciente de que o projeto Selo Estratégia em Ação será estendido ao 2º grau. Relatou que a 3ª Seção, quando se observa o quadro de metas, apresenta quase todas ainda no "vermelho", já que possui 12 itens de atribuições regimentais, não tem processos repetidos, não há como julgar em "lotes", as grandes ações civis públicas estão na competência da Seção e envolvem processos de valores elevados. E reforçou que para a 2ª Seção, que envolve processos criminais, muito exame de fato, o que não torna possível julgar em "lotes", também há grandes dificuldades no cumprimento das metas. Ele propôs que no estabelecimento das metas, deve ser pensado fator de diferenciação para a 2ª e 3ª Seção, devido a tais peculiaridades.

O Gestor Estratégico de Metas do 1º grau reforçou que dificuldades dessa espécie ocorreram também no 1º grau, que bastasse se observar o resultado do Selo Estratégia em Ação em 2016 e que se verificasse que a maioria que recebeu a premiação eram varas do JEF, que julgam muitos processos repetitivos. Porém, acredita que é um aprendizado para atingir o cumprimento de metas sem estabelecer clima competitivo. Pontuou que é necessária a intervenção do CNJ e que vem sempre sendo discutida a questão de nivelamento de metas para todos os tribunais, considerando a particularidade da 1ª Região.

O Diretor-Geral entrevistou dizendo que um dos motivos da demora em se criar o **Selo Estratégia em Ação para o 2º grau** foi essa questão de criar critérios específicos, flexibilizados para a instância, **mas que serão verificados se as peculiaridades relativas à 2ª e 3ª Seção foram levadas em conta.**

O Diretor-Geral ressaltou a presença de Márcio Lúcio Marques, Secretário Geral da nova gestão, passando a ele a palavra. Este apresentou algumas dificuldades da 3ª Seção, como o número elevado de sustentação oral. Ainda citou o exemplo de que, se julgam certos processos da meta, eles retornam para o gabinete com embargos, aí a meta é considerada cumprida, mas os processos continuam no gabinete, sem a prestação jurisdicional concluída.

O Diretor-Geral sugeriu que todas essas dificuldades e particularidades sejam apresentadas na próxima reunião do Comitê Nacional.

A Diretora da Secge esclareceu que o encaminhamento das sugestões como segmento de Justiça Federal é feito por meio do CJF, que há em média três reuniões anuais do Cogest, sugerindo que os integrantes da nova gestão já comecem a relacioná-las para que o Conselho possa direcioná-las.

O Presidente do TRF 1ª Região sugeriu encaminhamento de forma que eventuais distorções relativas às metas sejam corrigidas e indagou se havia mais alguma manifestação relativa ao tema.

A Diretora da Diple informou que foi encaminhado o Relatório de Execução da Estratégia 2017 a todos os presentes, que pontuou todo o desempenho da 1ª Região, inclusive com prêmios recebidos em 2017, mesmo sendo o maior regional e apresentando diversas dificuldades.

O Diretor-Geral parabenizou mais uma vez pela excelente gestão e trabalho o Desembargador Hilton Queiroz à frente da Presidência do Tribunal, e informou que essa é sua última reunião presidindo o CGER.

A Diretora do Foro da SJAM também parabenizou o Presidente pela Gestão, ressaltou que o Tribunal está cumprindo bem as metas, mesmo mediante tantas dificuldades orçamentárias. Solicitou que os setores responsáveis **divulguem as boas práticas à nova Direção do Foro.**

A Diretora do Foro da SJRR também elogiou a gestão primorosa do Presidente e todo seu empenho e reiterou que o planejamento estratégico seja divulgado à nova Direção do Foro.

O Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Hilton Queiroz, encerrou a reunião, após elogio à equipe e dizer que a continuidade no serviço público é essencial para o funcionamento mais eficiente, traduzida na manutenção do Diretor-Geral para a próxima gestão, além de ter ponderado as dificuldades enfrentadas, ajustes efetuados e as contas acertadas junto ao TCU.

VII – PRÓXIMAS PROVIDÊNCIAS

Providência	Responsável	Data limite
Ofício ao CJF para consulta sobre a metodologia de cálculo de execução da estratégia, de forma que sejam implementadas iniciativas de forma compartilhada pelas seccionais e Tribunal e todos os objetivos estratégicos estejam atendidos.	SECGE/DIPLE	12/04/2018
Ofício do Presidente aos Gabinetes de Desembargadores Federais e aos diretores de foro, parabenizando pelos resultados atuais e alertando para o monitoramento contínuo das metas.	SECGE	12/04/2018
Enviar a todas as seccionais e Tribunal as boas práticas levantadas nos relatórios.	DIPLE	13/04/2018
Rever a proposição do Selo Estratégia em Ação para o 2º grau de jurisdição, considerando-se as peculiaridades relativas à 2ª e 3ª Seção.	SECGE	13/04/2018
Divulgar o planejamento estratégico e as boas práticas aos novos Diretores de Foro, principalmente aos novos integrantes do CGER-TRF1.	SECGE E SUAS UNIDADES	ATIVIDADE CONTINUA
Encaminhar cópia desta Ata à Secad para realizar estudos de viabilidade de substituição dos atuais garrafões de água mineral por filtros/purificadores elétricos	DIGES	20/04/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Queiroz, Presidente do TRF - 1ª Região**, em 11/04/2018, às 19:21 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wânia Maríça Araújo Vieira, Diretor(a) de Secretaria**, em 18/04/2018, às 13:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **5903998** e o código CRC **A9203BD8**.